



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

Política de Privacidade

A presente Política se baseia nas disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e da Lei nº. 12.965/2014 ("Lei do Marco Civil da Internet"), conjuntamente com o previsto na legislação que rege a advocacia, especialmente Lei nº 8.906/1994 ("Estatuto da Advocacia e da OAB") e o correspondente Regulamento Geral. Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao manifestar sua aceitação para com o presente termo, o Titular consente e concorda que a OAB-GO, CNPJ nº 02.656.759/0001-52, com sede Rua 1121, nº 200, Setor Marista, CEP: 74.175-120, Goiânia-GO, telefone: 62 3238-2000, e-mail: oabnet@oabgo.org.br, doravante denominada OAB-GO, tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, dados referentes as empresas em que atuem os usuários ou dados necessários ao usufruto de serviços ofertados pela OAB-GO, bem como realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Abrangência

A presente Política aplica-se a todos os usuários dos sítios eletrônicos, bem como as políticas específicas de fornecedores de tecnologia e serviços para os sítios eletrônicos.

Definições

Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018 ("LGPD")



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Dados Pessoais

São informações que permitem identificar ou tornar identificável uma pessoa física, tais como nome, endereço, número de telefone, data de nascimento, entre outros.

Dados Pessoais Sensíveis

São dados que, considerando a sua relevância, são tratados com mais rigor pela LGPD. Temos como exemplo dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural, nos termos do art. 5º, II, da LGPD.

Titular de Dados

É toda pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Encarregado de Dados

O Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, internacionalmente conhecido como Data Protection Officer (“DPO”), possui a função de atuar como canal de comunicação na Instituição OAB-GO, com os Titulares de Dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

A ANPD é uma autarquia de natureza especial, sendo responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD no Brasil.

Tratamento de Dados Pessoais



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

O tratamento é definido como qualquer operação realizada com dados pessoais, incluindo a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. Ou seja, toda operação envolve um dado pessoal.

Usuário do Site da OAB/GO

Termo geral utilizado para designar as pessoas que navegam no Site da OAB-GO.

Dados coletados

Caso a OAB-GO necessite realizar a coleta de dados pessoais para fins que não sejam inerentes às suas funções originárias, deverá previamente obter a manifestação dos titulares dos dados, autorizando ou não tal coleta, exceto quando houver necessidade de cumprimento de obrigação regulatória que justifique a coleta sem o consentimento prévio. Nesse último caso, a coleta é legalmente dispensada.

A OAB-GO pode adquirir informações pessoais cedidas pelo Usuário nos seguintes casos:

- ao efetuar cadastro no Site;
- quando houver inscrição em algum evento;
- na contratação de algum serviço disponível na plataforma; e
- no envio de documentos pessoais e profissionais para a OAB-GO.

As informações pessoais coletadas pela OAB-GO podem incluir:

- Nome Completo
- E – Mail
- CPF
- Endereço Residencial
- Estado Civil
- RG
- Número de Passaporte
- Dados Biométricos



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

- Telefone
- Nº da carteira OAB

Caso haja necessidade de tratar dados pessoais sensíveis (conforme estabelecido no art. 5º, II da LGPD), que incluem informações relacionadas a raça, etnia, crenças religiosas, opiniões políticas, filiação a sindicatos ou organizações de natureza religiosa, filosófica ou política, informações de saúde, vida sexual, dados genéticos ou biométricos, a OAB-GO garante a proteção desses dados e não os compartilha com terceiros, exceto mediante consentimento expresso e destacado do titular dos dados. Ainda, Estes dados serão tratados com cuidados especiais e utilizados somente para fins estatísticos.

Para obter informações sobre os dados pessoais tratados pela OAB-GO, o titular dos dados pode enviar um e-mail para com o assunto "Meus Dados Pessoais". A OAB-GO se esforça para atender às solicitações legítimas em um prazo de 5 dias úteis, mas em casos mais complexos, que exigem informações de terceiros e/ou são numerosos, pode ser necessário um prazo maior.

Os interessados poderão solicitar a exclusão parcial de determinados dados pessoais em seus cadastros, desde que haja uma motivação específica que atenda ao interesse público. A OAB-GO mantém o titular dos dados informados sobre o andamento das solicitações.

Finalidade dos dados coletados

A OAB-GO utiliza suas informações e dados pessoais para as seguintes finalidades:

- Gerir a infraestrutura e operações de serviços da plataforma, cumprindo com políticas e procedimentos internos de auditoria contábil, finanças, regulação dos sistemas de TI e normas internas e externas de conformidade em geral, sempre com o objetivo de fornecer o melhor serviço aos nossos Usuários;
- Comunicar-se com os Usuários que se cadastraram no Site da OAB-GO;
- Reforçar a segurança e melhorar o funcionamento do Site da OAB-GO;
- Para o cumprimento de obrigações legais;



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

- Resolver reclamações, queixas e solicitações feitas por Usuários de nossos serviços diretamente à plataforma OAB-GO, considerando as informações presentes nesta Política de Privacidade; e
- Cumprir com a legislação vigente e responder às requisições judiciais ou administrativas ou de órgãos competentes, tais como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

Consentimento

Ao acessar e utilizar o site da OAB-GO, o usuário concorda com o tratamento dos seus dados pessoais nos termos descritos neste documento.

O usuário reconhece que os dados pessoais coletados pela empresa serão utilizados para as seguintes finalidades:

- a) Realização de cadastro de usuário;
- b) Atendimento ao cliente;
- c) Envio de promoções e informações sobre produtos e serviços da Ordem;
- d) Análise de dados para aprimoramento dos produtos e serviços oferecidos pela empresa;
- e) Cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

Compartilhamento de Dados

A OAB-GO fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709. São princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de dados:



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

- I - Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- II - Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- III - Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- IV - Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- V - Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- VI - Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- VII - Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- IX - Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- X - Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

Transferência de dados pessoais

A OAB-GO poderá compartilhar dados pessoais dos usuários de seus sites eletrônicos com as seguintes entidades e organizações:

- Prestadores de serviços que sejam necessários para o desempenho das funções institucionais da OAB-GO, tais como fornecedores de software de banco de dados e provedores de acesso à internet.
- Órgãos da Administração Pública e autoridades competentes, com a finalidade de auxiliar na condução de investigações de denúncias ou processos judiciais;
- Atender a obrigações legais e regulatórias.

Transferências de dados pessoais para fora do Brasil

Em casos específicos de necessidade de serviço, a OAB-GO poderá transferir informações pessoais para provedores de serviços localizados no exterior, incluindo serviços de nuvem. Ao transferir informações pessoais para fora do Brasil, serão implementadas medidas apropriadas em conformidade com os requisitos da legislação aplicável de proteção de dados, conforme previsto na LGPD, incluindo a celebração de contratos adequados para a transferência de informações pessoais com terceiros, a fim de garantir a proteção adequada das informações pessoais.

Segurança

A OAB-GO responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Ademais, é amplamente sabido que dados pessoais frequentemente são alvos de práticas maliciosas. Nesse sentido, a OAB-GO busca adotar medidas razoáveis de segurança, de acordo com o avanço da tecnologia disponível. Entretanto, é impossível garantir a



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

prevenção absoluta de incidentes de segurança. Caso ocorra o comprometimento de dados pessoais, a OAB-GO comunicará os fatos comprovados em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709 à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

Término do Tratamento dos Dados

Armazenaremos suas informações pelos seguintes períodos:

- O tempo exigido por lei;
- O término previsto do tratamento de dados pessoais;
- O tempo necessário para preservar o legítimo interesse do OAB-GO;
- O tempo necessário para resguardar o exercício regular de direitos do OAB-GO em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- Durante os prazos prescricionais aplicáveis ou enquanto necessário para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes situações:
- Quando a finalidade para a qual os dados pessoais foram coletados for alcançada e/ou quando os dados pessoais coletados deixarem de ser necessários ou pertinentes para tal finalidade;
- Quando o titular dos dados pessoais estiver em seu direito de solicitar o término do tratamento e a exclusão de seus dados pessoais e fizer a solicitação;
- Quando houver determinação legal para tal.
- No caso de término do tratamento de dados pessoais, exceto em casos previstos pela legislação aplicável ou pela presente Política de Privacidade, os dados pessoais serão eliminados e o acesso a eles será bloqueado.

Direitos do Titular

O Titular tem direito a obter da OAB-GO, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

- I - Confirmação da existência de tratamento;
- II - Acesso aos dados;
- III - Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV - Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709;
- V - Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- VI - Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709;
- VII - Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- VIII - Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- IX - Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709.
- X - Determinadas situações podem não autorizar o exercício de alguns direitos previstos acima, e nestas hipóteses o usuário será informado.

Direito de Revogação do Consentimento

Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, observando as disposições orientadas neste termo, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao Controlador, sendo observados as especificidades anteriormente pautadas ao longo deste documento.

Disposições finais



IMPULSIONANDO A ADVOCACIA
DEFENDENDO A CIDADANIA

- Este Termo de Privacidade é regido pelas leis brasileiras e será interpretado de acordo com os seus termos, sem prejuízo das disposições da LGPD, do Provimento 95/2000 do Conselho Federal e demais normas aplicáveis.
- A OAB-GO reserva-se o direito de alterar este Termo de Privacidade a qualquer momento, mediante divulgação das alterações em seu site. As alterações serão aplicáveis a partir da data da sua publicação.
- Caso o usuário tenha alguma dúvida ou necessite de informações adicionais sobre o tratamento dos seus dados pessoais pela empresa, poderá entrar em contato por meio do e-mail:

Ao concordar com este Termo de Consentimento, o usuário reconhece que leu e compreendeu as disposições aqui contidas, bem como concorda com o tratamento dos seus dados pessoais pela OAB-GO, nos termos descritos neste documento.